



**CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS**



**16/11/2014**

**Advogado**



---

## **CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS**

*16 de novembro de 2014*

**Nível Superior**

**Advogado**

### **GABARITO DO CANDIDATO**

01.	11.	21.	31.
02.	12.	22.	32.
03.	13.	23.	33.
04.	14.	24.	34.
05.	15.	25.	35.
06.	16.	26.	36.
07.	17.	27.	37.
08.	18.	28.	38.
09.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

## Português

Leia o texto 1, para responder às questões de 1 a 5.

## Um novo serviço público

João Francisco Neto

Nos dias atuais o serviço público integra o nosso cotidiano, mas nem sempre foi assim. Isso só se tornou possível a partir da Revolução Francesa (1789-1799), que irradiou as bases das modernas democracias ocidentais, passando a prever uma contraprestação por parte do Estado, tendo em vista os impostos pagos pelos cidadãos. Veja-se que, até então, já se pagavam tributos – e não era pouco, não –; porém, quase não havia serviços públicos. No decorrer do longo período revolucionário, instalou-se um intenso debate sobre se o Estado deveria ou não proporcionar escolas para o povo; havia até grandes filósofos que eram contrários a essa ideia. Felizmente, os revolucionários acabaram por eleger a educação pública como um dos valores centrais do novo regime. A partir dos séculos seguintes, os serviços públicos foram, então, se ampliando, sempre tendo como características principais a igualdade, a solidariedade, a universalidade (destinam-se a todos, sem distinção), a continuidade (como regra, não podem ser interrompidos), a adoção de preços públicos (quando o serviço for pago, o valor não pode ser vinculado ao seu custo), a adaptabilidade às necessidades dos usuários, etc. E que serviços são esses? Dentre tantos, citamos a educação, a saúde, a segurança, o fornecimento de água e o saneamento básico, a telefonia, os serviços de rádio-difusão e telecomunicações, a energia elétrica, os transportes públicos, etc. Isso sem contar os serviços burocráticos exercidos pela administração pública.

O problema, hoje, não é mais saber se existem ou não esses serviços públicos; a questão está na qualidade deles. No Brasil, a população já atingiu um nível de insatisfação que passou, e muito, do razoável. As coisas mudam, novas tecnologias são incorporadas, entretanto o povo tem a amarga sensação de que os serviços públicos não acompanham o padrão de exigência que a sociedade espera. Muito embora a carga tributária nacional seja bem elevada, não falta quem até concorde com ela, desde que houvesse a contrapartida necessária dos serviços públicos decentes.

Ainda é grande a insatisfação com os serviços de telefonia celular, planos de saúde, rodovias privatizadas que não oferecem segurança, ferrovias em péssimas condições, etc., isso sem falar na situação calamitosa da saúde pública, que diariamente proporciona espetáculos tristes e deprimentes de hospitais superlotados e sem condições dignas de atendimento. Não basta que existam os serviços públicos; é necessário que eles, efetivamente, atendam às necessidades básicas dos cidadãos, e que sejam prestados com qualidade, garantia, segurança, eficiência, rapidez, e, por que não, com respeito e honestidade.

(Disponível em <http://www.diarioweb.com.br/novoportal/>. Acesso em 14/09/2014. Com cortes.)

**01** Pela leitura do texto, o leitor identifica que, no título, o adjetivo antecedendo o substantivo

- a) sinaliza um serviço a mais a ser oferecido.
- b) indica uma mudança qualitativa desejada nesse serviço.
- c) demonstra reformas feitas no serviço público.
- d) refere-se a alterações realizadas em comparação com os serviços de séculos passados.
- e) apresenta uma exigência do autor do texto.

**02** Assinale o fragmento de texto que apresenta uma incompatibilidade de sentido, por causa da seleção das palavras.

- a) Quando o serviço for pago, o valor não pode ser vinculado ao seu custo. (1º§)
- b) A população já atingiu um nível de insatisfação que passou, e muito, do razoável. (2º§)
- c) Dentre tantos, citamos a educação, a saúde, a segurança (...). Isso sem contar os serviços burocráticos... (1º§)
- d) Havia até grandes filósofos que eram contrários a essa ideia. (1º§)
- e) Veja-se que, até então, já se pagavam impostos. (1º§)

**03** Considerando-se a correlação dos tempos verbais, assinale a alternativa que está em desacordo com o que a norma padrão reconhece.

- a) ...que irradiou as bases das modernas democracias, passando a prever uma contraprestação por parte do Estado. (1º§)
- b) Havia até grandes filósofos que eram contrários a essa ideia. (1º§)
- c) ...instalou-se um intenso debate sobre se o Estado deveria ou não proporcionar escolas para o povo. (1º§)
- d) ...não falta quem até concorde com ela, desde que houvesse a contrapartida necessária dos serviços públicos decentes. (2º§)
- e) Não basta que existam os serviços públicos; é necessário que eles atendam às necessidades dos cidadãos. (3º§)

**04** A relação sintático-semântica que prevalece no texto é a de

- a) disjunção entre um estado anterior e outro posterior.
- b) comparação de uma realidade com outra.
- c) causa e consequência entre o passado e o presente.
- d) exemplificação do serviço público ao longo dos séculos.
- e) conclusão tirada a partir dos fatos mostrados.

05) Levando em conta os serviços que são oferecidos pelo governo e por instituições privadas, assinale o equívoco do texto.

- a) O problema, hoje, não é mais saber se existem ou não serviços públicos; a questão está na qualidade deles. (2º§)
- b) Os serviços públicos foram se ampliando, sempre tendo como características principais a igualdade, a solidariedade, a universalidade... (1º§)
- c) E que serviços são esses? Dentre tantos, citamos a educação, a saúde, a segurança, o fornecimento de água (1º§)
- d) Ainda é grande a insatisfação com os serviços de telefonia celular, planos de saúde, rodovias privatizadas (...), isso sem falar na situação calamitosa da saúde pública... (3º§)
- e) É necessário que eles, efetivamente, sejam prestados com qualidade... (3º§)

Leia o texto 2, para responder às questões 6 e 7.

A importância do servidor público

Augusto Dourado

O cidadão quer um serviço público proporcionado pelo Estado que funcione, e para isso exige servidores dedicados e preparados para fazerem o melhor com o objetivo de atenderem às suas necessidades.

A prestação do serviço público é das mais importantes atividades de uma comunidade, de uma sociedade ou de uma nação. Nenhum país, estado ou município funciona sem seu quadro de servidores públicos, responsáveis pelos diversos serviços colocados à disposição do cidadão. Portanto, é de suma importância exaltar quem executa o papel de prestador de serviço à sociedade. Neste contexto, prestar serviço à população com qualidade e dedicação deve ser sempre a meta dos servidores e estar entre seus objetivos.

Segundo se depreende das disposições constitucionais em vigor, servidores públicos são todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Trata-se de designação genérica e abrangente introduzida pela Carta de 1988, uma vez que, até a promulgação da Constituição Federal hoje em vigor, prevalecia a denominação de funcionário público para identificação dos titulares de cargos na administração direta, considerando-os equiparados aos ocupantes de cargos nas autarquias, aos quais se estendia o regime estatutário. A partir, portanto, da Constituição de 1988, desaparece o conceito de funcionário público, passando-se a adotar a designação ampla de servidores públicos.

A cada dia, o papel do servidor público não é apenas o de ser estável. É muito mais do que isso, pois a sua atuação está necessariamente voltada para os anseios da comunidade ou sociedade. A estabilidade dos servidores somente se justifica se ela assegura, de um lado, a continuidade e a eficiência da Administração e, de outro, a legalidade e impessoalidade da gestão da coisa pública.

A responsabilidade do servidor público é muito grande, tornando-se um privilégio por tratar-se de um agente de transformação do Estado.

(<http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/> acesso em 29/9/14. Com adaptação)

06) O texto 2 se configura como um ou uma

- a) texto expositivo, que contém a indicação do tema a ser exposto (1º§), apresentação e discussão do tema (2º, 3º e 4º§) e conclusão (5º§).
- b) texto descritivo, composto de identificação do tema (1º§), descrição de suas características, qualidades e inconvenientes (2º, 3º e 4º§) e conclusão (5º§).
- c) artigo de opinião, composto de tese (1º§), argumentos em favor da tese (2º e 3º§), refutação de uma possível contraargumentação (4º§) e conclusão (5º§).
- d) relato, informando sobre a expectativa de quem se dirige a uma instituição pública (1º§), informações que esclarecem o papel do servidor público (2º, 3º e 4º§) e conclusão (5º§).
- e) carta aberta, dirigida ao público que visita o portal, informando o assunto principal (1º§), apresentando os fundamentos que esclarecem esse assunto (2º, 3º e 4º§) e o encerramento (5º§).

07) Julgue certas (C) ou erradas (E), as afirmações abaixo:

Em o papel do servidor público não é apenas o de ser estável. É muito mais... (4º§),

- ( ) há uma incoerência do ponto de vista referencial, mas não do pragmático, pois o uso de *não...apenas* implica afirmar que o papel do servidor público é garantir sua estabilidade, além de outros aspectos.
- ( ) a estabilidade no trabalho a priori impede o clientelismo e garante a prestação do serviço.
- ( ) os servidores são caracterizados como competentes e solícitos no seu serviço.

A sequência correta é:

- a) C C E.
- b) C E E.
- c) E C C.
- d) E C E.
- e) C E C.

**08** Que partes dos textos 1 e 2 demonstram a intenção (que se confirma no texto como um todo) de seus autores em relação ao serviço e ao servidor público?

- a) Um novo serviço público (texto 1, título) e A importância do servidor público (texto 2, título): qualificar positivamente serviço e servidor públicos.
- b) Nos dias atuais o serviço público integra o nosso cotidiano, mas nem sempre foi assim (texto 1, 1º§) e O cidadão quer um serviço público proporcionado pelo Estado que funcione (texto 2, 1º§): reconstituir a história do serviço público e criticar esse serviço.
- c) Veja-se que já se pagavam tributos – e não era pouco, não – (texto 1, 1º§) e A prestação do serviço público é das mais importantes atividades de uma comunidade (texto 2, 2º§): criticar o serviço público e valorizar o servidor.
- d) Felizmente, os revolucionários acabaram por eleger a educação pública (texto 1, 1º§) e A estabilidade dos servidores somente se justifica se ela assegura a continuidade e a eficiência da Administração (texto 2, 4º§): enaltecer o serviço público e criticar o servidor.
- e) Os serviços públicos foram, então, se ampliando (texto 1, 1º§) e Segundo se depreende das disposições constitucionais em vigor (texto 2, 3º§): descrever o serviço e o servidor público.

**09** Considerando as normas de regência e concordância verbais e nominais da norma padrão da língua portuguesa, assinale os itens corretos:

- I – O servidor público tem a oportunidade de servir à comunidade que está inserido.
- II – O Estado deve apenas garantir as condições mínimas para uma sociedade civilizada.
- III – O mérito do meu livro foi semear a dúvida, fazer com que os leitores questionassem clichês.
- IV – Um dos grandes problemas atuais são que algumas pessoas sofrem de adolescência tardia.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

**10** Considerando o uso dos pronomes pessoais e possessivos, assinale a alternativa que apresenta um uso de pronome cada vez mais recorrente na variedade linguística atual do Brasil, tanto na modalidade oral quanto na escrita.

- a) Prestar serviço à população com qualidade deve ser a meta dos servidores e estar entre seus objetivos.
- b) Para identificar titulares de cargos, considerando-os equivalentes aos ocupantes de cargos nas autarquias.
- c) Em vez de os brasileiros protestarem pedindo que o governo os deixe em paz, eles passaram a exigir mais Estado em suas vidas.
- d) Eles não têm dúvida de que os políticos são corruptos e, ao mesmo tempo, querem lhes dar mais poder para influenciar...
- e) A questão está na qualidade deles.

**Legislação**

**11** Direitos sociais são direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social. Com relação aos direitos sociais, assinale à alternativa INCORRETA:

- a) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- b) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- c) Nas empresas com mais de 150 empregados, é assegurada a eleição de dois representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- e) É direito dos trabalhadores, urbanos e rurais, o gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

**12** O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, elencados no referido artigo, assinale a alternativa correta:

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- b) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, não sendo assegurado nenhum direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- c) Aos litigantes, somente em processo judicial, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- e) A todos é assegurada, somente mediante pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

**13** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal de 1988. Sobre os entes federados, analise os itens abaixo:

- I) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- II) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal dentro do período determinado por lei ordinária, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- III) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles os seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma de lei, a colaboração de interesse público.
- IV) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

**14** A administração pública pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. Sobre a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo permitida a presença de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) A lei estabelecerá os prazos de decadência para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, sem nenhuma ressalva.

15) O servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público. Com o advento do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a antiga denominação funcionário público foi substituída pela de servidor público. Sobre o servidor público, analise as seguintes afirmações:

- I) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para investidura e as peculiaridades do cargo.
- II) O servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada a ampla defesa; em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- IV) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I e II.

16) De acordo com o artigo 3º da Lei n. 8666/93 diz que a Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de todos os outros que lhes são correlatos. Sobre a licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado. Isso não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.
- c) É dispensável a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades dos órgãos ou entidades.
- d) Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada a licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.
- e) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

17) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Analise os itens a seguir:

- I) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II) Não é garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- III) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- IV) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Está correta o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) III e IV.

18) Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) São fundamentos da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- b) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- c) São poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo, apenas.
- d) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados em seu artigo 3º.
- e) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é um dos princípios que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

19) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- e) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

20) Os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para a sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta que se vinculam. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação não devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- b) A minuta do futuro contrato não integrará o edital ou ato convocatório da licitação.
- c) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- d) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- e) A Administração Pública (contratante) é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

**Legislação Municipal**

**21** No que diz respeito a competência da Câmara Municipal, analise as afirmativas abaixo e assinale apenas a que versa sobre assunto de competência da Câmara, no qual necessite da sanção do Prefeito Municipal.

- a) Julgar anualmente as contas prestadas pela Mesa Diretora.
- b) Dispor sobre matéria Orçamentária: plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública.
- c) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- d) Conceder título de cidadão honorário do Município ou outra honraria instituída por lei.
- e) Autorizar o Vice-Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 dias.

**22** Em se tratando de fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município de Pocinhos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e de todas as entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- II) As contas relativas a subvenções, financiamentos, empréstimos e auxílios recebidos do Estado ou da União ou por seu intermédio, serão prestadas em separado, diretamente ao Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização externa.
- III) As contas do Município ficarão durante 90 (noventa) dias, anualmente, para exame e apreciação, à disposição de qualquer contribuinte, que poderá questionar-lhes a legitimidade.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e III.
- e) I, II e III.

**23** Conforme preconiza a Lei Orgânica Municipal de Pocinhos, o uso de bens municipais por terceiros poderá ser deferido mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público exigido. Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- a) A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial e dominiais independerá de lei e concorrência.
- b) A concorrência não poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionária de serviço público e a entidades especiais.
- c) A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.
- d) A permissão, que poderá incidir sob qualquer bem público, será deferida a título precário por portaria.
- e) A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por decreto, para atividades ou usos específicos transitórios, pelo prazo máximo de 60 dias.

**24** De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Pocinhos, ao tratar dos tipos de provimentos de cargo público, assinale a afirmativa que se refere corretamente à Recondução.

- a) É a investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- b) É o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de reintegração do anterior ocupante.
- c) É o retorno à atividade de servidor aposentado por interesse da administração.
- d) É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- e) É o retorno à atividade de servidor em disponibilidade, mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

**25** A ação disciplinar contra infrações puníveis com suspensão, prescreverá em:

- a) 90 dias.
- b) 180 dias.
- c) 2 anos.
- d) 3 anos.
- e) 5 anos.

**Conhecimentos Específicos**

**26** A doutrina define o ato administrativo como sendo toda manifestação expedida no exercício da função administrativa, com caráter infralegal, consistente na emissão de comandos suplementares à lei, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Como todo ato jurídico, o ato administrativo está sujeito a três planos lógicos distintos: existência, validade e eficácia. Sendo assim, analise as proposições seguintes:

- I) É pressuposto de existência do ato administrativo o objeto. O objeto do ato administrativo é o bem ou a pessoa a que o ato faz referência. Desaparecendo ou inexistindo o objeto, o ato administrativo a que ele faz menção é tido como juridicamente inexistente.
- II) A finalidade corresponde ao objetivo de interesse público pretendido com a prática do ato e é um dos requisitos de validade do ato administrativo. Sempre que o ato for praticado visando a defesa de interesse alheio ao interesse público, será nulo por desvio de finalidade.
- III) A existência de vícios, de condição suspensiva e de termo final no ato administrativo não pode interferir na irradiação de seus efeitos.
- IV) A Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/65) divide o ato administrativo em quatro requisitos: competência, forma, motivo e finalidade.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I e II.

**27** São nulos os atos lesivos ao patrimônio de qualquer pessoa jurídica ou entidades subvencionadas pelo Poder Público nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência de motivos e desvio de finalidade. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à conceituação desses termos:

- a) A ilegalidade do objeto consiste na omissão ou inobservância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade dos atos.
- b) O vício de forma ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- c) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- d) O desvio de finalidade se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- e) A inexistência dos motivos se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

**28** Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado, ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 90 (noventa) dias para quitar o débito.
- b) É dever do servidor público atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- c) É direito de o servidor público ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- d) O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 60 (sessenta) dias.
- e) As indenizações se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

**29** O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. Sobre o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta:

- a) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor não poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- b) O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, somente por tempo indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis. Por morte do superficiário, os seus direitos não se transmitem a seus herdeiros.
- c) Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a 10 (dez) anos, renovável a partir de 5 (cinco) anos após o decurso do prazo inicial de vigência.
- d) Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários.
- e) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 20 (vinte) anos.

**30** Processo legislativo é um conjunto de ações realizadas pelos órgãos do Poder Legislativo com o objetivo de proceder à elaboração das leis sejam elas constitucionais, complementares e ordinárias, bem como as resoluções e decretos legislativos. Sobre o processo legislativo brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- c) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
- d) A matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, em nenhuma hipótese.
- e) Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.

**31** Entre os entes federativos deve existir uma repartição de competências, com a finalidade de garantir a harmonia e o pacto federativo. O Brasil adota o princípio da predominância do interesse, segundo o qual à União cabe matérias de interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados-membros caberão as matérias e assuntos de predominante interesse regional, e aos municípios concernem os assuntos de interesse local. Sendo assim, analise as seguintes proposições:

- I) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- II) Compete aos Municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, não sendo obrigatória a prestação de contas e a publicação de balancetes nos prazos fixados em lei.
- III) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.
- IV) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

**32** O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um governo em um determinado exercício, geralmente compreendido por um ano. No entanto, para que o orçamento seja elaborado corretamente, ele precisa se basear em estudo e documentos cuidadosamente tratados que irão compor todo o processo de elaboração orçamentária do governo. Sobre as disposições constitucionais a respeito do orçamento público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de educação continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- e) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

**33** Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 60 (sessenta) dias, quando notificado judicialmente.
- b) Mesmo em caso de urgência e observados os requisitos legais, não é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- c) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive o *habeas corpus*.
- d) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- e) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 160 (cento e sessenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

**34** Ação popular é o meio processual a que tem direito qualquer cidadão que deseje questionar judicialmente a validade de atos que considera lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. Sobre a ação popular, assinale a alternativa correta:

- a) Em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.
- b) A prova de cidadania, para ingresso em juízo, será feita com qualquer documento oficial, sendo dispensada a apresentação do título de eleitor.
- c) Não é permitido a nenhum cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- d) A sentença incluirá sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.
- e) Se o valor da lesão ficar provado no curso da causa, será apurado na execução; se depender de avaliação ou perícia, será indicado na sentença.

**35** A Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) busca afastar o nefasto quadro de insegurança jurídica ou incerteza sobre a validade ou aplicação de lei ou ato normativo federal, preservando a ordem jurídica constitucional. A Constituição Federal elenca os legitimados à propor esse tipo de ação. Sendo assim, a ADC NÃO pode ser proposta:

- a) Por partido político sem representação no Congresso Nacional.
- b) Pela Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- c) Pelo Procurador-Geral da República.
- d) Pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- e) Pelo Presidente da República.

**36** Funcionário que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, deverá responder pelo crime de:

- a) Peculato mediante erro de outrem.
- b) Prevaricação.
- c) Concussão.
- d) Condescendência criminosa.
- e) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.

**37** A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Sobre as normas elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as seguintes proposições:

- I) Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- II) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesses casos, a criança ou o adolescente nunca deverá ser previamente ouvido e sua opinião não é levada em consideração.
- III) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 9 (nove) meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- IV) Os Estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

38 Particular que opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, deverá responder pelo crime de:

- a) Corrupção ativa.
- b) Resistência.
- c) Desobediência.
- d) Contrabando ou descaminho.
- e) Desacato.

39 Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. O Código Tributário Nacional estabelece normas que regulam os impostos. Sobre essas regras, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos no Código Tributário Nacional, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados da celebração da paz.
- b) Para os efeitos do Imposto Sobre Produtos Industrializados, considera-se contribuinte autônomo qualquer estabelecimento de importador, industrial, comerciante ou arrematante.
- c) O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- d) O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional.
- e) A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Transportes e Comunicações é o preço do serviço.

40 O Código Tributário Nacional dispõe sobre o crédito tributário e em seu artigo 139 estabelece que o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem a sua exigibilidade, afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- b) A atividade administrativa de lançamento do crédito tributário não é vinculada nem obrigatória.
- c) O lançamento não pode ser efetuado nem revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- d) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; o parcelamento.
- e) Não extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva a órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

RASCUNHO

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Nome: \_\_\_\_\_ Carteira nº \_\_\_\_\_